

RECURSO ESPECIAL Nº 1.738.635 - TO (2018/0102816-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : VALMI FERREIRA DA SILVA

ADVOGADO : PAULO ROBERTO DA SILVA E OUTRO(S) - TO000284A

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

VALMI FERREIRA DA SILVA interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins** na Carta Testemunhável n. 0017274-91.2016.8.27.0000 (Processo n. 5000001-51.2001.827.2712).

Depreende-se dos autos que a defesa propôs carta testemunhável contra o não recebimento do recurso em sentido estrito, interposto para combater a decisão que não recebeu recurso de apelação anteriormenteaviado para impugnar o despacho do magistrado da instância ordinária, que determinou abertura de prazo ao Ministério Público, para apresentação do rol de testemunhas a serem ouvidas em plenário de sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri.

A carta testemunhável não foi conhecida, em razão de sua extemporaneidade.

Neste recurso especial, a defesa aponta como violados o art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/2006 e 798, § 1º, do Decreto-Lei n. 3.689/1941.

Aduz, em síntese, que "ressalta evidente a tempestividade do recurso interposto pelo recorrente e consequente mácula pelo TJ/RECORRIDO aos sobreditos excertos legais que regem a matéria" (fl. 433).

Requer o provimento do recurso para que seja reformado o acórdão impugnado, a fim de ver conhecida a carta testemunhável.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 468-477 (fl. 512).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **não provimento** do especial (fls. 513-515).

Decido.

I. Admissibilidade

O recurso especial foi interposto tempestivamente e a matéria foi devidamente prequestionada, razões pelas quais o apelo raro comporta conhecimento.

II. Contextualização

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do crime descrito no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal, contudo, ao final da instrução processual, foi absolvido sumariamente da imputação.

Irresignada, a acusação interpôs apelação criminal. **O Tribunal de origem deu provimento ao recurso e pronunciou o réu nas penas do art. 121, § 2º, II, do Código Penal.**

Iniciada a segunda fase do rito escalonado do Tribunal do Júri, o Magistrado *a quo* **determinou a abertura de prazo para que o representante do Ministério Público apresentasse o rol de testemunhas a serem ouvidas em plenário.**

A defesa, então, interpôs apelação criminal, que não foi conhecida e, em seguida, recurso em sentido estrito, em face da decisão que não recebeu o recurso de apelação anteriormente interposto, o qual também não foi recebido por ausência de previsão legal, haja vista não estar previsto no rol taxativo do art. 581 do CPP.

Nesse contexto, **a defesa interpôs Carta Testemunhável, a fim de que fosse o recurso em sentido estrito conhecido e provido para, em síntese, ver julgada sua apelação criminal.**

A carta testemunhável não foi conhecida por sua manifesta intempestividade.

Opostos embargos de declaração, a Corte de origem acolheu em parte, tão somente "para emitir manifestação sobre questão

ignorada no voto condutor, consubstanciada no reconhecimento de que abertura do prazo recursal foi efetuada pelo próprio sistema eletrônico, mas nos termos da Lei n. 11.416/2006, todavia, sem emprestar-lhes efeitos infringentes" (fl. 416).

III. Intempestividade da Carta testemunhável

Nos termos do art. 640 do CPP, o prazo para a interposição de carta testemunhável é de 48 horas seguintes ao despacho que denegar o recurso.

Na hipótese dos autos, **a intimação foi eletrônica e ficta**, nos termos da Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

Notadamente quanto às intimações eletrônicas, o art. 5º prevê que:

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

Dessa forma, nos termos do disposto no art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/2016, **caso a parte não realize a consulta eletrônica no prazo de 10 dias, contados da data do envio da intimação, será considerada a intimação automaticamente realizada no fim do mencionado prazo legal.**

Essa é a hipótese dos autos, como bem colocou o Ministério Público Federal, "verifica-se que o Tribunal de origem reconheceu a ocorrência de erro no sistema de informática e que, de fato, a

abertura de prazo para interposição do recurso não ocorreu em virtude de consulta efetuada pelo advogado; no entanto, destacou o TJ/TO que **'vê-se claramente que se passaram mais que os 10 dias corridos previstos no art. 5º, § 3º da Lei nº. 11.419/2006, quando ocorrera a devida abertura automática pelo sistema, no Evento 119, datado de 24/07/2016.'** (fl. 415)" (fl. 514).

Com efeito, segundo acórdão impugnado (fl. 394):

A decisão que não recebeu o recurso em sentido estrito (evento 114 dos autos originários) foi proferida no dia 12/07/2016, às 16h17min e, na mesma data, às 18h14min34seg (evento 116) foi expedida a respectiva intimação.

Sendo assim, o Recorrente teria o prazo de 10 (dez) dias corridos para consultar a intimação, contudo, o fez no dia 24/07/2016 (domingo), às 23h59min59seg (evento 119).

Logo, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a propositura da carta testemunhável **deflagrou-se no primeiro minuto do dia 25/07/2016 e se findou no último minuto do dia 26/07/2016.**

Ocorre que o supramencionado recurso foi lançado no dia 28/07/2016, às 16h40min24seg (evento 120), portanto, **manifestamente intempestivo.**

Consoante o acórdão impugnado, a decisão que não recebeu o recurso em sentido estrito foi proferida no dia 12/7/2016 (terça-feira) e, na mesma data, foi expedida a respectiva intimação. Sendo assim, o recorrente teria o prazo de 10 dias corridos para consultar a intimação, ou seja, com término no dia 22/7/2016 (sexta-feira).

Logo, o prazo de 48 horas para a propositura da carta testemunhável **deflagrou-se no dia 25/07/2016 (segunda-feira) e se findou no dia 26/07/2016 (terça-feira).** Ocorre que a carta testemunhável foi interposta apenas no dia 28/7/2016 (quarta-feira), portanto, **manifestamente intempestivo.**

O acórdão, portanto, seguiu expressamente os ditames do art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/2006 c/c o art. 798, § 1º, do CPP.

IV. Dispositivo

À vista do exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator